

**A mulher no livro didático: um recorte racial****Women in the teaching book: a racial cut**

DOI:10.34117/bjdv6n6-439

Recebimento dos originais: 11/05/2020

Aceitação para publicação: 19/06/2020

**Maria Luíza Lucas dos Santos**

(PPGEdu/UNEMAT)

e-mail:marialuiza.santos@ifma.edu.br

**Jocinete das Graças de Figueiredo Curvo**

(FACEL/UNEMAT)

e-mail: ninna.figueiredo@gmail.com

**RESUMO**

A partir do século XX as mulheres tem conseguido avançar na conquista de seus direitos, não, porém sem dificuldades. Entretanto, é preciso avançar mais. De acordo com o Índice Global de Desigualdade de Gênero (2016) o Brasil ainda demorará 95 anos para que mulheres e homens atinjam situação de plena igualdade. Porém, nem todas as mulheres sofrem essa desigualdade da mesma maneira. A questão do racismo estrutural perpetrado no cotidiano brasileiro faz com que mulheres negras e indígenas enfrentem situações piores de vulnerabilidade social se comparadas às mulheres brancas. Diante deste cenário tornam-se importantes estudos que promovam a busca pela iquidade de gênero no país, mas que levem em conta o recorte racial. Assim, esta pesquisa busca, por meio de análises quantitativas e qualitativas das imagens, tentar compreender como as mulheres brancas, negras e indígenas são representadas no livro didático da disciplina de Artes do 1º ao 3º ano, da coleção Campo Aberto pertencente à editora Global, distribuído de forma gratuita em escolas da rede pública do campo por meio do Plano Nacional do Livro Didático Campo, durante o triênio 2016, 2017 e 2018. Para essa análise, utilizo principalmente os conceitos de identidade e diferença proposto Stuart Hall (2014) e conceitos de gênero e feminismos apresentado por Louro (2003).

**Palavras-chave:** Gênero. Representação da mulher. Livro didático. PNLD. Relações étnico-raciais.

**ABSTRACT**

From the twentieth century on, women have managed to advance in the conquest of their rights, no, but without difficulties. However, more needs to be done. According to the Global Gender Inequality Index (2016), Brazil will still take 95 years for women and men to achieve full equality. However, not all women experience this inequality in the same way. The issue of structural racism perpetrated in Brazilian daily life makes black and indigenous women face worse situations of social vulnerability compared to white women. Given this scenario, studies that promote the search for gender inequality in the country become important, but that take into account the racial profile. Thus, this research seeks, through quantitative and qualitative analysis of the images, to try to understand how white, black and indigenous women are represented in the textbook of the discipline of Arts from the 1st to the 3rd year, from the Campo Aberto collection belonging to the Global publisher, distributed free of charge in public schools in the countryside through the National Plan of the Didactic Book Campo, during the triennium 2016, 2017 and 2018. For this analysis, I mainly use the concepts of identity

and difference proposed by Stuart Hall (2014) and concepts of gender and feminisms presented by Louro (2003).

**Keywords:** Gender. Representation of women. Textbook. PNLD. Ethio-racial relations.

## 1 INTRODUÇÃO

O que é ser mulher? Muitas vezes nós mulheres nos perguntamos isso em fases diferentes da nossa vida. No início da infância essa pergunta nos perpassa quando entramos em contato com o tido diferente, o outro: o homem. Assim, o tempo passa e somos ensinadas até mesmo doutrinadas a fazermos coisas de mulher. Sentar, falar, andar, agir como uma mulher. Não corra desse jeito, sente-se com a perna fechada, não fale alto, não seja mandona. Quantas vezes escutamos esta frase e fomos repreendidas quando na verdade estávamos apenas brincando? Quando começamos nossa vida sexual também escutamos muitos conselhos como: case cedo, não fique para tia, não seja fácil ou ainda, seja mais feminina. Quando chegamos à fase adulta e escolhemos uma carreira, não esperam que façamos Engenharia, Física ou Informática, mas Pedagogia, Letras, Biblioteconomia, pois essas são profissões tidas para mulheres. Mas mais uma vez questiono: o que é ser mulher?

Toda mulher tem útero, podem dizer alguns, mas e as mulheres que retiraram o útero, deixam de ser mulheres? Toda mulher é aquela que se porta como uma mulher contendo elementos de feminilidade, afirmam outros, porém as mulheres transexuais são pouco aceitas na sociedade ocidental mesmo possuindo aspectos femininos. Toda mulher é aquela que nasce mulher, podem usar essa máxima, porém quando esta mulher utiliza roupas e posturas tidas masculinas muitos já dizem que esta já não é mulher de verdade.

De acordo com Simone de Beauvoir (2016), o que é ser mulher não pode ser respondido em uma frase, pois ser mulher está relacionado com a ideia construída social e culturalmente sobre a mulher. Deste modo, ser mulher difere no espaço-tempo em que ocupa o sujeito indagador. O que era ser mulher a 1000 anos atrás? O que é ser mulher hoje no Brasil?

Essas são perguntas que transcendem as ideias possíveis de serem respondidas em um pedaço de dez páginas de papel, talvez não caibam em dez mil. Este artigo não pretende responder a essas perguntas, mas tentar traçar um paralelo entre a questão de gênero e identidade e como tais ideias refletem na representação de mulheres brancas, negras e indígenas no livro didático do PNLD do Campo, da disciplina de Artes do 1º ao 3º ano, da coleção Campo Aberto pertencente à editora Global, distribuído de forma gratuita em algumas escolas da rede pública do campo. Tal livro foi escolhido por ser uma amostra da coleção do PNLD do Campo do triênio 2016, 2017 e 2018 utilizados em minha pesquisa de mestrado.

**2 GÊNERO E IDENTIDADE**

O termo feminismo começa a ser usado no século XIX, a partir dos movimentos inglês e norte-americano de defesa do voto para mulheres e de outros direitos civis como o acesso ao ensino superior e o direito à propriedade. Assim, devido a uma presença cada vez maior de mulheres nos espaços públicos são iniciadas uma série de denúncias contra a hegemonia masculina, e como consequência, várias feministas propõem a revisão dos papéis tradicionais de homens e mulheres impostos pela sociedade.

Neste período aponta Oliveira (2015) que

as mulheres começam a organizar-se por objetivos comuns. Ao procurar nas instituições femininas os meios para atuar na política e na organização da sociedade, a mulher compreende e começa a ter real consciência de sua importância em todos os movimentos sociais (OLIVEIRA, 2015, p. 44).

Após o contexto das duas grandes guerras, o feminismo entra em sua “segunda onda” estimulada principalmente pelos livros “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949, e “A mística feminina” em 1963, de Betty Friedan. O pessoal é político é o lema dessa nova fase, em que feministas apontam que os problemas das mulheres não eram meramente pessoais, mas estavam dentro das relações de poder. (RODRIGUES, 2002).

Como resultado várias pesquisadoras começam a mergulhar no mundo científico e a defender que as diferenças principais entre homens e mulheres não estão relacionadas ao sexo biológico, mas sim a construções de identidades que estipulam papéis a serem representados por cada um dos sexos.

Neste sentido, Louro (2008, p. 18) coloca que

a construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.

Assim, para entender o contexto da criação da “identidade da mulher” apresento o conceito de Woodward (2012, p.9) que afirma que “a identidade é relacional”. Assim só existe a identidade de mulher por existir uma categoria que se relaciona com o outro, com o diferente, neste caso, o homem. Sem a mulher não existiria o homem.

Segundo Hall (2014, p. 464) a diferença “é necessária na produção de significados, para a criação do sentido subjetivo de si mesmo e, ao mesmo tempo, é uma ameaça, um lugar perigoso, de sentimentos negativos, de hostilidade e agressividade para com o “Outro”. No contexto de uma sociedade ocidental, machista e patriarcal, a identidade do ser mulher foi construída com uma norma

e um padrão a partir do ponto de vista do modelo masculino, colocando desta forma o "outro", ou seja, a mulher à margem da sociedade. As diferenças, neste sentido, foram construídas para dominar, hierarquizar e excluir, colocando o homem como superior à mulher.

Neste sentido, Machado e Sales (2020) afirmam que

A produção social de identidade e diferença é engendrada através dos processos de socialização, se configurando como central por se tratar de dinâmicas normativas. Assim, pensar o funcionamento da socialização se torna relevante para problematizar como as normas sociais são construídas e impostas aos sujeitos, estabelecendo as fronteiras que inclui e exclui sujeitos a partir de marcadores sociais da diferença. Vale a pena destacar que, a norma se impõe a todos os sujeitos, embora mostre sua força de forma mais enfática contra aqueles que borram as suas fronteiras. Nessa perspectiva, importante se faz evidenciar que nossa atenção não se volta apenas para os sujeitos que transgridem as normas, mas também para aqueles que a incorporam. Dessa forma, consideramos relevante pensar como as normas sociais situam a diferença, mas também tentar perceber e problematizar os mecanismos capazes de controlar os sujeitos, tornando-os submetidos às regras sociais, naturalizando-as. (MACHADO, SALES, p. 22812, 2020)

Françoso (2017) aponta que

é necessário compreender como as diferenças são construídas histórica e socialmente para a afirmação da supremacia de alguns grupos humanos em detrimento de outros. Os valores negativos atribuídos às diferenças precisam ser transpostos, transgredidos. As diferenças precisam ser reconhecidas como outras possibilidades humanas de viver, de sentir, de ser. Desta forma, a sociedade é reconhecida em seu caráter múltiplo, plural e diverso. As pessoas não são iguais, nem desiguais. São seres singulares, coexistentes em sua diversidade (FRANÇOSO, p. 49, 2017).

Neste contexto, variados estudos apontavam as identidades como fluidas e cambiantes relacionando-as ao contexto histórico e social em que foram forjadas, colocando assim em crise o *status quo* dominante.

Esta ordem de questionamento da identidade do "ser mulher" estimulou um processo chamado de "crise de identidade" definido por Hall (2015) como parte de um processo amplo de mudança que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Sem mais amarras que estabeleciam o que deveria ser homem ou mulher, a categoria de gênero começa a se destacar, pois entende que o processo de construção do feminismo e do masculino encontra-se na órbita da sociedade e da cultura, enquanto o termo sexo liga-se aos condicionantes biológicos. Deste modo, a frase de Simone de Beauvoir (2016) de que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 2016, p. 9), torna-se uma máxima dentro do movimento feminista.

De acordo com Louro (2008, p. 17),

A expressão causou impacto e ganhou o mundo. Mulheres das mais diferentes posições, militantes e estudiosas passaram a repeti-la para indicar que seu modo de ser e de estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção. Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura.

Muito especialmente a partir da década de 60, jovens, estudantes, negros, mulheres, chamadas de minorias sexuais e étnicas passaram a falar mais alto, denunciando sua inconformidade, questionando teorias e conceitos, derrubando fórmulas, criando novas linguagens e construindo novas práticas sociais. Uma série de lutas, protagonizada por grupos sociais tradicionalmente subordinados, passava a privilegiar a cultura como palco do embate. Seu propósito consistia, em tornar visíveis outros modos de vida, os seus próprios modos: suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões. Desencadeava-se uma luta que, mesmo com distintas caras e expressões, poderia ser sintetizada como a luta pelo direito de falar por si e de falar de si. Esses diferentes grupos, historicamente colocados em segundo plano pelos grupos dominantes, estavam e estão empenhados, fundamentalmente, em se auto representar (LOURO, 2008).

Dentro deste contexto, o movimento negro e o movimento indígena defendem a interseccionalidade de raça dentro de feminismo. Esse recorte permitiu o entendimento de que existem feminismos e que cada um pode reivindicar o que lhe é necessário. Segundo Patricia Hill Collins (2017), o feminismo negro, no contexto de movimento social, adotou perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de intersecção de poder. Essas ideias chegaram à academia inicialmente sob a rubrica de estudos de raça/ classe/gênero e subseqüentemente foram nomeadas e legitimadas como interseccionalidade; atualmente, as implicações da legitimação acadêmica de interseccionalidade são contribuições importantes para as políticas emancipatórias contemporâneas (Collins, 2017).

Assim, a mulher passa, no final do século XX e início do século XXI, a não mais aceitar uma história que foi escrita por homens e para homens, e começa a lutar “contra o silêncio em relação à figura da mulher como ser atuante e participante da história” (RODRIGUES, 2002).

Deste modo, estudiosas começam a propor uma análise que busca dar destaque às mulheres que foram propositalmente esquecidas pela história. Para tanto, busca propostas que quebrem paradigmas cristalizados de uma visão cristã, europeia e machista sobre os mais variados assuntos.

A militância do movimento feminista alcançou cada vez mais espaço, visibilidade e adquiriram direitos civis, a partir de discussões sobre políticas e do questionamento de sua posição excludente

na sociedade. No Brasil, leis e diretrizes sobre a inserção de orientações sobre as questões de gênero no ensino foram elaboradas para a educação básica, ao mesmo tempo que o termo “identidade de gênero” foi retirado da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Neste contexto, as mulheres conquistaram lugares antes negados pelas tramas do preconceito e da marginalização a que foram historicamente submetidas.

Como resultado começam a surgir estudos que questionam o papel da mulher nas mais variadas mídias, entre elas os livros didáticos, pois tais livros são utilizados como fonte de informação por boa parte da população nos mais diversos países, sendo muito importante na formação dos estudantes.

### **3 O LIVRO DIDÁTICO**

No Brasil, a questão do livro didático é vista com destaque e possui um programa federal exclusivo voltado para a temática intitulado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Iniciado, com outra denominação, em 1937 o PNLD possui como principal objetivo, subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação pública básica. Atualmente, o programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o Ministério da Educação (MEC) adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio (BRASIL, 2018).

Em relação ao livro didático, Lajolo (1996) aponta que é o instrumento utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista uma utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais, afirma a autora, em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina.

De acordo com França (2017),

o homem branco, heterossexual, europeu e cristão ocupou o papel de protagonista da história da humanidade, sendo as mulheres e outros agentes sociais excluídos deste processo. Por muito tempo, as mulheres foram silenciadas e excluídas em diversas sociedades, resultando em sua invisibilidade. Tal fato adquire caracterizações particulares para mulheres negras e brancas, tendo em vista que suas vivências de gênero estão envolvidas com outras dimensões sociais que as constituem, especialmente as de raça/etnia e classe social (FRANÇOSO, p. 85, 2017).

Assim, para a elaboração deste artigo, foram analisadas as imagens presentes nas 199 páginas do livro didático de Artes do 1º ao 3º ano, da coleção Campo Aberto pertencente à editora Global, distribuído pelo PNLD.

Além disso, para uma melhor análise sobre como as mulheres são representadas no livro didático em diferentes contextos, foram tomadas algumas medidas como forma de organizar melhor as informações e assim poder fazer alguns cruzamentos de informações, deste modo:

- a) Criou-se tabelas demonstrando a quantidade de vezes que homens e mulheres aparecem representados no total de imagens;
- b) As tabelas foram divididas de modo a evidenciar a quantidade de vezes que, mulheres brancas (MB), mulheres negras (MN) e mulheres indígenas (MI) são representadas em imagens no livro, para uma melhor compreensão de como as etnias/raças influenciam na representação da mulher;
- c) Imagens repetidas foram contadas todas as vezes que apareceram;
- d) Imagem onde aparecem apenas uma mão, um pé, etc., e imagens secundárias, ou em segundo plano que apenas representam “borrões” das pessoas não foram contabilizadas.

Assim, após a análise obedecendo aos critérios anteriores os dados levantados são demonstrados a seguir.

Tabela 1: Representação total de homens e mulheres no livro didático

<b>Imagem</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Quantidade	94	81	175

**Fonte:** Adaptado do livro de Arte coleção Campo Aberto (2014).

Tabela 2: Representação total de brancas, negras e indígenas no livro

<b>Imagem</b>	<b>MB</b>	<b>MN</b>	<b>MI</b>	<b>Total</b>
Quantidade	52	27	2	81

**Fonte:** Adaptado do livro de Arte coleção Campo Aberto (2014).

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise do conteúdo da primeira tabela percebe-se que a quantidade de imagens de homens é superior à das mulheres, sendo estes representados 94 vezes, enquanto estas aparecem 81, demonstrando deste modo uma pequena desigualdade na quantidade de representações.

Quando analisamos estas mesmas imagens por meio de um recorte racial, como demonstrado na tabela 2, percebe-se que a quantidade de mulheres representadas nas imagens se modificam conforme a etnia o qual elas pertencem. Assim, a tabela apresenta que as mulheres brancas possuem mais imagens no livro, aparecendo desta forma mais vezes do que mulheres negras e indígenas. Como resultado da amostra total de 81 mulheres, a branca aparece 64% das vezes, a negra 33% e a indígena 3%.

Passada essa primeira abordagem quantitativa das mulheres, compreendemos que se faz necessário a descrição do contexto em que estas imagens estavam inseridas para uma melhor análise de sua representação.

Assim, a maioria das imagens das mulheres brancas apresentadas estão sozinha ou acompanhada de duas ou três pessoas. Além disso, na maioria dos quadros e ilustrações sua imagem é relacionada à posturas de feminilidade, delicadeza e fragilidade, sendo muitas vezes essas imagens de mulheres brancas europeias presentes em quadros de pintores europeus anteriores ao século XX.

Por outro lado, mulheres negras são demonstradas, em sua maioria, em imagens com mais de 4 personagens fazendo com que seu espaço de representação seja concentrado em pequenos espaços. Esta situação da mulher negra ser representada com outras pessoas está ligada ao fato de suas imagens estarem associadas, na maioria das vezes, às festas típicas ou à capoeira.

Por último, as únicas duas vezes que as mulheres indígenas são representadas no livro elas estão nuas, lado a lado, em um quadro junto com outros 10 indígenas, deixando o seu espaço de representação ínfimo.

## **5 CONCLUSÃO**

As mulheres têm conseguido avançar em alguns aspectos em suas conquistas de direitos, porém é preciso ainda buscar melhores espaços e não permitir retrocessos, pois as conquistas do movimento feminista frequentemente são alvo de contestação por grupos conservadores, conforme observamos a exclusão das temáticas relacionadas a gênero e orientação sexual do debate educacional ao longo dos últimos anos.

Em um país como o Brasil que permitiu em suas leis a escravidão de pessoas negras por mais de 350 anos e que promoveu o genocídio de sua população indígena ao longo de 5 séculos, os dados apresentados no livro didático permitem perceber que as mulheres negras e indígenas ainda sofrem com pouca representação no livro didático brasileiro.

Esse apagamento sistemático da contribuição das mulheres reflete o machismo, o patriarcalismo e o racismo sistemático presente no Brasil. Conforme defende Hall (2014) o racismo é uma estrutura do discurso e da representação que tenta expulsar simbolicamente o Outro, removendo-o e colocando-



o na margem. Deste modo as mulheres negras e indígenas sofrem além do machismo, o racismo em suas representações.

Assim, é preciso avançar para que os direitos das mulheres não sejam retirados, mas que avancem, pois uma educação libertadora deve andar lado a lado com a igualdade de oportunidades. Como consequência, a educação brasileira deve buscar formas de reverter este quadro de disparidades em que a mulher está incluída, mudando assim a forma que estas são representadas nos livros didáticos.

Deste modo, as visões de mundo e os valores apresentados pelo livro didático terão uma influência significativa nos discursos que serão construídos na sala de aula. Acredito que a seleção de textos para um livro precisa representar diversidades culturais, e diferentes maneiras de conceber o mundo, que sejam inclusivas e não hegemônicas. Além disso, é preciso que os textos tenham relevância para a jovem e o jovem brasileiro e favoreçam leituras críticas do universo que nos cerca.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.

BRASIL. Ministério da educação. **Programas dos livros**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>>. Acesso em: 19 set. 2018.

FRANÇOZO, Fernanda Gomes. **Os lugares de mulheres negras em materiais didáticos de história da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/150541>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Lamparina, 2015.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HILL, Collins Patricia. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. In.: **Parágrafo**, jan./jun. 2017, v. 5, n. 1. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. In: **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69. p. 3-9, jan./mar. 1996. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=24187](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24187)>. Acesso em: 18 set. 2018

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

MACHADO, Charliton José dos Santos; SALES, Romualdo da Silva. Escola e governamentalidade sobre os marcadores sociais da diferença. In.: *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 5, may. 2020. Disponível em: <<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9444>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

OLIVEIRA, G. V. J. C. **Mulheres negras no livro didático de Língua Portuguesa**: uma história a ser contada. Dissertação (Mestrado Profissionalizante- PROFLETRAS)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000203212>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RODRIGUES, Luciomar da Costa. **Explorações sobre gênero e poder**: a voz e vez da mulher na política. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.